



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27222 - DF (2021/0000553-2)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
IMPETRANTE : **ANDRESSA PEREIRA DA CUNHA**
ADVOGADOS : **ANTÔNIO SÉRGIO BERNARDES DE ALMEIDA - GO021300**
: **PAULO GUSTAVO PEDREIRA E SOUSA - GO020527**
IMPETRADO : **MINISTRO DA CASA CIVIL**
IMPETRADO : **MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**
IMPETRADO : **MINISTRO DA SAÚDE**
INTERES. : **UNIÃO**

DECISÃO

Cuida-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por ANDRESSA PEREIRA DA CUNHA contra ato praticado pelos MINISTRO DA CASA CIVIL, MINISTRO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA E MINISTRO DA SAÚDE consubstanciado na edição da Portaria Interministerial n. 648, de 23 de dezembro de 2020.

Sustenta que comprou passagens aéreas para viajar com a COPA AIRLINES, em 24/12/2020, nos trechos Brasília/Cidade do Panamá/Punta Cana, com retorno programado para o dia 2/1/2021, nos trechos Punta Cana/Cidade do Panamá/ Brasília.

Narra que a referida portaria, editada pelas autoridades coatoras apontadas, passou a exigir, a partir de 30/12/2020, inclusive para brasileiros residentes no Brasil, a apresentação de exame laboratorial RT-PCR, para rastreamento da infecção pela covid-19, com resultado negativo ou não reagente, realizado em 72h anteriores ao momento do embarque.

Afirma que tomou ciência desta determinação por outros brasileiros que se encontravam na ilha e que, no intuito de cumpri-la e regressar ao seu país de origem como marcado em seu itinerário, buscou incessantemente, sem sucesso, para que pudesse realizar o exame e embarcar no voo de volta em 2/1/2021.

Alega que não conseguiu fazer o exame em foco em razão da negativa de realização por indisponibilidade dos laboratórios da cidade de Punta Cana, razão pela qual postula a autorização do seu regresso ao Brasil com a realização do teste diretamente em seu desembarque, já em solo brasileiro.

Pede, também, a inclusão, como litisconsorte passivo necessário, da empresa

aérea COPA AIRLINES, sob o argumento de que a impossibilidade de embarque de retorno da impetrante ao Brasil está sendo realizado pela empresa, sob a alegação de cumprimento irrestrito da Portaria n. 638/2020.

Requer, ao final, deferimento do pedido de liminar, de maneira a suspender os efeitos do inciso I do § 1º do art. 7º da Portaria n. 648/2020, autorizando o embarque da impetrante em qualquer voo que consiga o reagendamento de volta ao país e permitindo a realização do teste RT-PCR em São Paulo, Brasília ou qualquer outra cidade, até o julgamento definitivo da presente ação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Preliminarmente, indefiro o pedido de citação da empresa aérea COPA AIRLINES, uma vez que, no mandado de segurança, a parte passiva é a pessoa jurídica de direito público a cujos quadros pertence a autoridade apontada como coatora, e não empresa privada que não está em exercício de atribuição pública, nos restritos termos do art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.016/2009. Não é cabível, portanto, que a referida empresa, neste caso, figure no polo passivo.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

A não demonstração de um dos requisitos impõe o indeferimento na liminar. Esse é o caso dos autos, porquanto não demonstrado a probabilidade de êxito do *writ*.

A Portaria Interministerial n. 648, de 23/12/2020, possui a seguinte redação:

Art. 7º As restrições de que trata esta Portaria não impedem a entrada de estrangeiros no País por via aérea, desde que obedecidos os requisitos migratórios adequados à sua condição, inclusive o de portar visto de entrada, quando este for exigido pelo ordenamento jurídico brasileiro.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, o viajante de procedência internacional, brasileiro ou estrangeiro, deverá apresentar à companhia aérea responsável pelo voo, antes do embarque:

I - documento comprobatório de realização de teste laboratorial **RT-PCR**, para rastreio da infecção pelo coronavírus **SARS-CoV-2**, com resultado negativo ou não reagente, realizado nas setenta e duas horas anteriores ao momento do embarque, observando os seguintes critérios:

- a) o documento deverá ser apresentado no idioma português, espanhol ou inglês;
- b) o teste deverá ser realizado em laboratório reconhecido pela autoridade de saúde do país do embarque;
- c) na hipótese de voo com conexões ou escalas em que o viajante permaneça em área restrita do aeroporto, o prazo de setenta e duas horas será considerado em relação ao embarque no primeiro trecho da viagem;
- d) o viajante que realizar migração que ultrapasse setenta e duas horas

desde a realização do teste **RT-PCR** deverá apresentar documento comprobatório da realização de novo teste com resultado negativo ou não reagente para o coronavírus **SARS-CoV-2** no **check-in** para o embarque à República Federativa do Brasil;

e) a criança com idade inferior a doze anos que esteja viajando acompanhada está isenta de apresentar documento comprobatório de realização de teste laboratorial **RT-PCR** desde que todos os acompanhantes apresentem documentos comprobatórios de realização de teste laboratorial com resultado do teste **RT-PCR** negativo ou não reagente para o coronavírus **SARS-CoV-2** realizado nas setenta e duas horas anteriores ao momento do embarque;

f) crianças com idade igual ou superior a dois e inferior a doze anos que estejam viajando desacompanhadas deverão apresentar documento comprobatório de realização de teste laboratorial **RT-PCR** com resultado negativo ou não reagente para o coronavírus **SARS-CoV-2**, realizado nas setenta e duas horas anteriores ao momento do embarque;

e

g) crianças com idade inferior a dois anos estão isentas de apresentar documento comprobatório de realização de teste laboratorial **RT-PCR** para viagem à República Federativa do Brasil; e

II - comprovante, impresso ou por meio digital, do preenchimento da Declaração de Saúde do Viajante - DSV nas setenta e duas horas que antecederem o embarque para a República Federativa do Brasil com a concordância sobre as medidas sanitárias que deverão ser cumpridas durante o período que estiver no País.

O mencionado ato coator tem por base recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, bem como os diversos protocolos sanitários e de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2(covid-19), cuja declaração de emergência internacional foi editada pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020.

Podem ser citados ainda: a) a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, previsto no inciso VI do *caput* do art. 4º da Lei n. 13.675, de 11 de junho de 2018; b) a Portaria n. 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde; c) os incisos V e XXII do § 1º do art. 3º do Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020.

Em meu sentir, não é razoável possibilitar o embarque de passageiros sem atender às restrições impostas excepcional e temporariamente pelas autoridades tidas como coatoras, em detrimento da coletividade, especialmente considerando o cenário que vem vivenciando o mundo e, em especial, o País, com o impacto epidemiológico causado pelo coronavírus. Assim, as medidas adotadas não desbordam – em uma primeira análise – dos critérios técnicos necessários para manutenção da saúde e segurança públicas, pois priorizam o interesse coletivo em detrimento do interesse particular.

A propósito, vejam-se precedentes do STF e do STJ:

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – AGENTE POLÍTICO – HONRA DE TERCEIRO. Ante conflito entre a liberdade de expressão de agente político, na defesa da coisa pública, e honra de terceiro, há de prevalecer o interesse coletivo, da sociedade, não cabendo

potencializar o individual. (RE n. 685.493, relator Ministro Marco Aurélio, Tribunal Pleno, repercussão geral, DJe de 17/8/2020.)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FRAUDES LICITATÓRIAS. INVESTIGAÇÕES DA "OPERAÇÃO PURGATO". LEVANTAMENTO DE SIGILO. ILEGALIDADE DA DECISÃO POR VIOLAÇÃO À GARANTIA DE PRIVACIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO VERIFICAÇÃO. PONDERAÇÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS. PRIMAZIA DO INTERESSE COLETIVO. PUBLICIDADE DOS ATOS. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A Constituição Federal, em seu 5º, LX, estabeleceu como regra a publicidade dos atos processuais, reservando aos casos excepcionais a decretação de sigilo. Em seu art. 93, IX, disciplinou também acerca da publicidade de todos os julgamentos do Poder Judiciário, ressaltando o direito subjetivo das partes e advogados à intimidade somente quando não prejudicar o interesse público à informação.

2. Valendo-se da ponderação entre os direitos envolvidos, tem-se que o levantamento do sigilo das investigações primou pelo interesse coletivo em função do risco de o sigilo anteriormente estabelecido poder gerar grave prejuízo ao erário público. Isso porque se verificou que as empresas envolvidas nos crimes em apuração continuavam a participar de licitações em várias regiões do Estado, simultaneamente às investigações, servindo, portanto, a publicidade da persecução penal, como alerta aos gestores municipais e aos órgãos de fiscalização de cada localidade.

3. Com efeito, "a limitação ao direito fundamental à privacidade que, por se revelar proporcional, é compatível com a teoria das restrições das restrições (Schranken-Schranken). O direito ao sigilo bancário e empresarial, mercê de seu caráter fundamental, comporta uma proporcional limitação destinada a permitir o controle financeiro da Administração Pública por órgão constitucionalmente previsto e dotado de capacidade institucional para tanto." (MS 33340, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 26/05/2015).

4. Recurso em mandado de segurança não provido.

(RMS 51.730/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/06/2020, DJe 15/06/2020)

Ressalte-se que, no caso concreto, a referida portaria impõe restrições de modo genérico e abstrato, com regras objetivas e gerais, não havendo nenhum direcionamento antecipado, de maneira direta, imediata e pessoal, a nenhum destinatário concretamente individualizado.

Por conseguinte, vê-se que não decorre diretamente de tal dispositivo legal ilegalidade ou abuso de poder praticados por autoridade pública, a justificar a impetração de mandado de segurança, nos termos do art. 5º, LXIX, da CF, tendo em vista que o caso concreto cuida tão somente de norma genérica e abstrata, que possui presunção de constitucionalidade até decisão judicial em sentido contrário, na via processual adequada.

Assim, não foi demonstrado o *fumus boni iuris*.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da

tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar.

Notifiquem-se as autoridades coatoras para que prestem informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, caput, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente